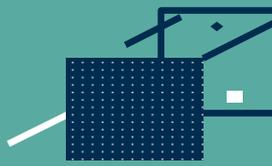


Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

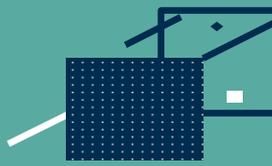
2023

(Ano-base 2022)



Índice

Mensagem do Conselho de Administração	3
Identificação Geral	4
Políticas Públicas e Governança Corporativa.....	5
1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais.....	5
2. Políticas Públicas.....	5
2.1. Iniciativas Governamentais	6
2.2. Recursos para Custeio das Políticas Públicas	15
2.3. Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas.....	17
3. Atividades Desenvolvidas	19
4. Atribuições Estatutárias.....	20
5. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos	21
6. Fatores de Risco.....	22
7. Dados Econômico-Financeiros.....	22
7.1. Comentários sobre o Desempenho Operacional	23
8. Políticas e Práticas de Governança Corporativa.....	23
8.1 Estrutura Administrativa	24
8.2 Comitês Estratégicos	26
8.3 Política de Remuneração dos Administradores	27
9. Outras Informações	30
9.1. Composição Acionária	30
9.2 Demonstração do Valor Adicionado.....	31
9.3. Outras Ações	31



Mensagem do Conselho de Administração

Caro (a) Leitor (a),

É com enorme satisfação que apresentamos a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa do Banco do Brasil. Nesta publicação você vai encontrar as iniciativas que desenvolvemos em 2022, como principal agente executor da política creditícia do Governo Federal, bem como as informações sobre Governança Corporativa do BB.

Encerramos 2022 com um lucro líquido ajustado de R\$ 31 bilhões, crescimento de 57,3% em relação à 2021. Nossa carteira de crédito superou a marca histórica de R\$ 1 trilhão, resultado do relacionamento com nossos clientes e das soluções ofertadas de forma personalizada. Nossa carteira de crédito sustentável alcançou R\$ 327,3 bilhões em dezembro/2022, crescimento de 12,3%, e representa mais de um terço do nosso portfólio, com destaque à agricultura de baixo carbono e ao Pronaf, que apoia a agricultura familiar.

Além de um resultado que remunera acionistas e sustenta o crescimento do crédito, alcançamos R\$ 80,1 bilhões em valor adicionado à sociedade, quando consideramos impostos, salários, dividendos e outros componentes. Geramos, assim, por meio dos nossos negócios, pelas parcerias e pela atuação da Fundação Banco do Brasil, valor para todos os nossos públicos de relacionamento e transformamos vidas.

No Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, atuamos como agente executor de políticas públicas, por meio da aplicação de recursos próprios e dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (OFSS), estes últimos via fundos e programas governamentais. Em 2022, recebemos R\$ 7,1 bilhões para custeio de empréstimos e financiamentos com recursos do OFSS, chegando em dezembro/2022 com saldo em carteira de R\$ 60,8 bilhões. Quando consideramos os setores da economia, esses valores estão assim distribuídos: rural (58%), comércio e serviços (26%), indústria (7%), outros (9%).

Estamos disponíveis onde, quando e como o cliente quiser, em múltiplos canais, com atendimento humano ou digital. Com presença na maioria dos municípios brasileiros, contamos com 55.867 pontos de atendimento, entre rede própria, rede Mais BB e rede compartilhada. E disponibilizamos para os nossos clientes plataforma de canais digitais completa e segura, assumindo nosso propósito de sermos próximos e relevantes na vida das pessoas em todos os momentos.

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente do Conselho de Administração

Proximidade, inovação, integridade, eficiência e compromisso com a sociedade são nossos valores, e representam a base da nossa cultura.

Pautado pela sustentabilidade, que está presente em nossa estratégia, nas nossas práticas e na gestão dos nossos negócios, continuaremos sendo o Banco do agro, aliando crescimento à sustentabilidade no campo e promovendo a utilização de boas práticas agrícolas. Também continuaremos focados na transição para uma economia verde e inclusiva que, por meio da nossa carteira de negócios sustentáveis, traga impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente.

Ademais, avançaremos nas pautas de educação e inclusão financeira em favor do desenvolvimento produtivo e do empreendedorismo, com a oferta de soluções de crédito simples e modernas voltadas para públicos específicos. E reforçaremos as ações para acelerar a transformação cultural e digital no BB, investindo cada vez mais na capacitação e no protagonismo dos nossos funcionários, para que se adaptem à constante evolução do mercado.

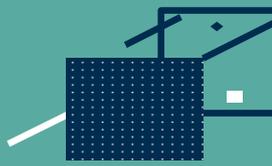
Nosso compromisso com a diversidade ocorre em todos os níveis. Ao longo de 2022, o Conselho de Administração foi composto por membros que representam a diversidade de gênero, raça e formação, tendo 50% de lideranças femininas. No início de 2023, tivemos a posse da primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta do BB. Além dela, temos Vice-presidentas, Diretoras e integrantes de Comitês. Vamos avançar ainda mais na diversidade dos nossos times e influenciar nossos públicos de relacionamento.

Renovamos o empenho de continuar a gerar resultados sustentáveis para os nossos acionistas e, ser relevante na vida das pessoas, em todos os momentos, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Queremos ser uma empresa que proporciona a melhor experiência para as comunidades onde atuamos. Uma empresa que promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora e eficiente. E que apoia pessoas, empresas, administrações públicas e instituições a alcançarem seus objetivos, metas e sonhos.

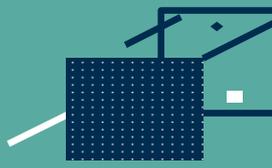
Boa leitura!

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidenta do Banco do Brasil



Identificação Geral

CNPJ	00.000.000/0001-91
NIRE	NIRE 5330000063-8
Sede	Brasília/DF
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	União, por intermédio do Ministério da Fazenda
Tipo Societário	Sociedade Anônima
Estrutura de Capital	Aberto
Abrangência de Atuação	Internacional
Setor de Atuação	Financeiro/Bancos
Vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores – Vifin	Marco Geovanne Tobias da Silva (CPF ***.***.791-34) e-mail: vifin@bb.com.br / ribb@bb.com.br Telefone: +55 (61) 3493-1000
Auditores Independentes atuais da empresa	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda Responsável Técnico: Luiz Carlos Oseliero Filho CPF: ***.***.738-02 e-mail: luizoseliero@deloitte.com telefone: +55 (11) 5186-1224
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Gabriel Muricca Galípolo (CPF ***.***.438-80) Anelize Lenzi Ruas de Almeida (CPF ***.***.641-91) Aramis Sá de Andrade (CPF ***.***.592-49) Elisa Vieira Leonel (CPF ***.***.676-62) Kelly Tatiane Martins Quirino (CPF ***.***.438-33) Marcelo Gasparino da Silva (CPF ***.***.469-34) Robert Juenemann (CPF ***.***.100-06) Tarciana Paula Gomes Medeiros (CPF ***.***.734-77)
Data de divulgação	31.05.2023



Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Lei nº 13.303/2016, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim. Define, ainda, a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

A Lei nº 4.595/1964 instituiu o Sistema Financeiro Nacional, composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BCB), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais instituições financeiras. A mesma lei definiu o BB como agente financeiro do Tesouro Nacional e principal instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal, sendo responsável pelo financiamento de atividades comerciais, industriais e rurais, difusão e orientação do crédito, efetivação da política de comércio exterior, entre outras atribuições.

Com 214 anos desde sua fundação, o Banco do Brasil possui um longo histórico em sustentabilidade, atuando de forma responsável para promover o desenvolvimento do País, com a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País. Alinhado a isso, financiamos o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimulamos os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à

legislação ambiental. Somos o maior parceiro do agronegócio brasileiro, com 52,1% de participação de mercado. Estamos presente em toda a cadeia produtiva, trazendo inovação e tecnologia, com soluções que agregam eficiência e conveniência.

Oferecemos às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro e financiamentos de investimentos, além de outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência, cartões e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva. Buscamos, dessa forma, oferecer soluções adequadas para apoiar o desenvolvimento desse público e incentivar a cultura empreendedora no país.

No financiamento ao comércio exterior, operamos instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), no qual somos agente exclusivo do Governo Federal.

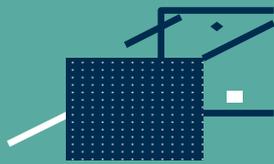
Informações adicionais sobre o nosso histórico e principais produtos e serviços podem ser encontrados na seção 1 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência).

2. Políticas Públicas

O Plano Plurianual (PPA), estabelecido no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de

prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, em articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo, coordenar os processos de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA vigente, e disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a



sua gestão (Lei nº 13.971/2019, regulamentada pelo Decreto nº 10.321/2020).

O Banco do Brasil insere-se no PPA como agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da aplicação de fundos de financiamentos governamentais e iniciativas com recursos próprios, além da realização de investimentos fixos da própria Companhia, alinhadas aos programas, objetivos e

metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelos Órgãos Setoriais (OS), que correspondem aos ministérios executores das políticas públicas.

As iniciativas governamentais realizadas pelo BB, que compõem o PPA, devem manter coerência com os direcionamentos da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB).

2.1. Iniciativas Governamentais

2.1.1. PPA 2020-2023

A seguir, apresentamos os resultados alcançados das iniciativas realizadas no BB em 2022, referente ao PPA 2020-2023.

Para as políticas públicas, no processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas, realizamos estudo de viabilidade econômico-financeira para a precificação das linhas de crédito. Esse processo envolve a identificação do custo

financeiro do *funding*, custos administrativos, riscos atrelados, tributação, além da realização de pesquisas de mercado. Em relação à prestação de serviços, nossa remuneração é estabelecida na forma de tarifa, calculada de acordo com o índice de eficiência do respectivo serviço, que expressa a relação entre as despesas administrativas e as receitas oriundas.

2.1.1.1. Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

O programa tem por objetivo ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.

Concessão de Crédito para Agricultores Familiares

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) objetiva estimular a geração de renda e valorizar o uso da mão-de-obra familiar nas propriedades rurais, desde que atendidas as prerrogativas do Manual de Crédito Rural (MCR)¹. As condições de financiamento são estabelecidas em consonância com os objetivos do Pronaf e são diferenciadas, destacadamente, no que se refere às taxas de juros, inferiores àquelas praticadas junto aos outros públicos rurais.

Desenvolvemos ações focadas no fortalecimento do Pronaf, dentre as quais se destacam:

- i. especialização do atendimento, com a disponibilização, treinamento e capacitação de profissionais qualificados para prestar assessoria completa aos produtores rurais;
- ii. orientação à rede de agências relativas ao atendimento das necessidades e demandas creditícias dos agricultores familiares;
- iii. proximidade com o cliente, por meio do modelo de atuação que conta com a ajuda de parceiros e convênios contratados como Correspondentes Comerciais – Segmento Agronegócio, além da disponibilização de Carretas Agro que levam assessoria técnica e financeira, além de treinamento aos clientes das cidades visitadas, dentre outros;
- iv. simplificação, digitização e melhorias constantes nos processos de contratação e renovação para as linhas de custeio e investimento.

¹O Manual de Crédito Rural (MCR) codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis.

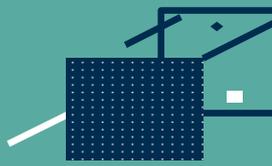


Tabela 1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Política Pública	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)															
i. descrição	O Pronaf objetiva estimular a geração de renda e valorizar o uso da mão-de-obra familiar nas propriedades rurais, desde que atendidas as prerrogativas do Manual de Crédito Rural (MCR).															
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 1031 (Agricultura Sustentável) Ação: 00TK Pronaf (Financiamento)															
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no PPA 2020-2023, alinhada à ECBB e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).															
iv. metas (planejadas/realizadas)²	<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Planejado</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2020</td><td>R\$ 12,1 bilhões</td><td>R\$ 14,6 bilhões</td></tr><tr><td>2021</td><td>R\$ 12,1 bilhões</td><td>R\$ 18,4 bilhões</td></tr><tr><td>2022</td><td>R\$ 14,0 bilhões</td><td>R\$ 20,8 bilhões</td></tr><tr><td>2023</td><td>R\$ 20,8 bilhões</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Planejado	Realizado	2020	R\$ 12,1 bilhões	R\$ 14,6 bilhões	2021	R\$ 12,1 bilhões	R\$ 18,4 bilhões	2022	R\$ 14,0 bilhões	R\$ 20,8 bilhões	2023	R\$ 20,8 bilhões	
Ano	Planejado	Realizado														
2020	R\$ 12,1 bilhões	R\$ 14,6 bilhões														
2021	R\$ 12,1 bilhões	R\$ 18,4 bilhões														
2022	R\$ 14,0 bilhões	R\$ 20,8 bilhões														
2023	R\$ 20,8 bilhões															
v. investimentos realizados³	Valor desembolsado em 2022: R\$ 21,1 bilhões.															
vi. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.															
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos por meio do Pronaf são: <ul style="list-style-type: none">- Poupança Rural;- Depósitos à Vista;- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD);- Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO);- Tesouro Nacional.															
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Resultado gerencial apurado de R\$ 2,1 bilhões em 2022.															
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Considerando os anos 2020 a 2022, referentes ao PPA vigente, observa-se superação das metas em todo o período, evidenciando o compromisso do Banco em ampliar e fortalecer o atendimento à agricultura familiar de forma sustentável, da qual é o maior financiador. Em 2022, observou-se o atingimento de 149% da meta planejada, com destaque para os valores aplicados (R\$ 20,8 bilhões) superiores aos montantes dos anos anteriores. Ressalte-se, ainda, a aplicação integral dos recursos definidos nas Portarias de Equalização do Governo Federal. Outras informações sobre recursos equalizáveis estão disponíveis no item 2.3 (Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas) desta Carta Anual.															

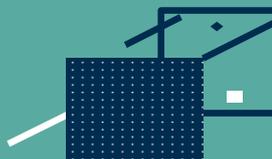
Continuaremos com ações de apoio estratégico à agricultura familiar, com ênfase em processos digitais para melhorar a experiência do cliente, estimulando o atendimento a esse público e reforçando sua parceria com o agronegócio no Brasil.

2.1.1.2. Agropecuária Sustentável

Atuamos no programa com a finalidade de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento e fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.

² As metas realizadas correspondem aos valores de operações contratadas.

³ Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, independente do ano de contratação da operação.



Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp

As linhas de crédito agro visam promover o desenvolvimento das atividades em bases sustentáveis, proporcionar ampliação da renda, geração de emprego, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, adequar as propriedades rurais à legislação ambiental, além de estimular a recuperação de áreas degradadas.

Mantemo-nos como o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro, apoiando em todas as etapas da cadeia de valor, financiando o custeio da produção, a comercialização e os investimentos, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas.

Os recursos são destinados, entre outros, à aquisição de insumos agropecuários, máquinas, implantação de projetos de inovação tecnológica, aquisição de itens para uso e/ou mudança da matriz energética.

Desenvolvemos, de forma dinâmica, ações que contribuem para o atendimento de toda a cadeia produtiva, dentre as quais, destacam-se:

i. especialistas capacitados e qualificados para prestar assessoria completa e individualizada aos produtores rurais; com foco em relacionamentos, negócios e serviços financeiros, inclusive digitais;

ii. linhas de crédito adequadas aos prazos e condições de pagamento, frente às demandas de cada cliente;

iii. proximidade com o produtor através de agências especializadas agro, com atuação de profissionais que dão apoio técnico e financeiro, treinamentos e assessoria;

iv. constante aprimoramento interno para simplificar e agilizar os processos de contratação e renovação para linhas de crédito;

v. monitoramento de mercado;

vi. parcerias com governo, empresas e cooperativas; e

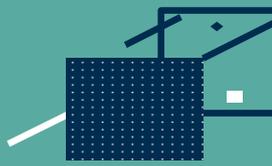
vii. participação em feiras e eventos agropecuários, inclusive com a participação das carretas agro nos Circuitos de Negócio Agro BB.

Tabela 2. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp.⁴

Política Pública	Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp	
i. descrição	Crédito para produtores rurais e suas cooperativas para incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, objetivando o aumento de produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo e proteção do meio ambiente.	
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 1031 – Agricultura Sustentável Ação: 00ZL - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp	
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no PPA 2020-2023, alinhada à ECBB e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).	
iv. metas (planejadas/realizadas)⁵	2020 Planejado: R\$ 52,5 bilhões Realizado: R\$ 65,0 bilhões	2022 Planejado: R\$ 65,0 bilhões Realizado: R\$ 98,0 bilhões
	2021 Planejado: R\$ 52,5 bilhões Realizado: R\$ 72,0 bilhões	2023 Planejado: R\$ 73,0 bilhões

⁴ Além da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp, também realizamos a concessão de crédito aos produtores rurais pelo BB, exceto operações com cooperativas, com as linhas BNDES/Finame, crédito agroindustrial e Pronaf.

⁵ As metas realizadas correspondem aos valores de operações contratadas.



v. investimentos realizados⁶	Valor desembolsado em 2022: R\$ 94,0 bilhões.
vi. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	As principais fontes de recursos para os financiamentos do Programa ABC, Pronamp e Agricultura Empresarial são: - Poupança Rural equalizada; - Poupança Rural não equalizada; - Depósitos à Vista controlado; - Recursos Próprios livres; - BNDES/Finame; - Letra de Crédito do Agronegócios (LCA).
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Resultado gerencial apurado de R\$ 4,0 bilhões em 2022. Considerando os anos 2020 a 2022, referentes ao PPA vigente, observa-se superação das metas em todo o período, evidenciando o compromisso do Banco em ampliar e fortalecer, de maneira sustentável, o atendimento à agricultura de baixo carbono.
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2022, observou-se o atingimento de 151% da meta planejada, com destaque para os valores aplicados (R\$ 98,0 bilhões), montante superior se comparado aos anos anteriores. Ressalte-se, ainda, a aplicação integral dos recursos definidos nas Portarias de Equalização do Governo Federal, bem como os desembolsos realizados com recursos próprios do Banco, complementando a demanda do setor por crédito. Outras informações sobre recursos equalizáveis estão disponíveis no item 2.3 (Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas) desta Carta Anual.

Manteremos a estratégia de ampliação dos negócios e prospecção de operações, fortalecendo cada vez mais a agricultura de baixo carbono em todas as regiões do País.

2.1.1.3. Desenvolvimento Regional e Territorial

Atuamos no programa com a finalidade de promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro, por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial, além de promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o desenvolvimento regional e territorial.

FCO – Rural

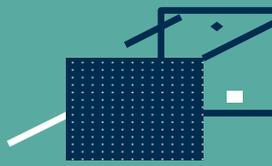
O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi instituído pela Lei nº 7.827/1989, em razão do disposto na Constituição Federal, artigo 159, inciso I, alínea c. Trata-se de um fundo que tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Somos administradores do FCO, em conjunto com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). No âmbito do crédito rural, com recursos do FCO Rural, são financiados investimentos

fixos e semifixos, custeio associado a projetos de investimentos, custeio agrícola e pecuário.

Com objetivo de divulgar a linha de crédito, suas finalidades, benefícios e condições, além de incentivar sua contratação, historicamente, desenvolvemos ações como:

- i. Ampla divulgação interna através dos canais de comunicação, eventos e palestras técnicas;
- ii. Celebração de parcerias com entidades de apoio aos produtores rurais para disseminação do programa;

⁶ Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, independente do ano de contratação da operação.



- iii. Simplificação e automatização de processos de contratação das operações; e
- iv. Articulação do Assessoramento Técnico em Nível de Carteira (ATNC) com as empresas que prestam assistência

técnica aos produtores rurais, para identificação das tecnologias e padronização dos projetos de investimento.

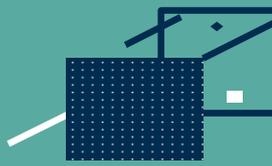
Tabela 3. Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO – Rural).

Política Pública	FCO - Rural	
i. descrição	O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi instituído pela Lei nº 7.827/1989 e tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. No âmbito do crédito rural, com recursos do FCO Rural, são financiados investimentos fixo e semifixo, custeio associado à projeto de investimento, custeio agrícola e pecuário.	
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano Ação: 00PP – FCO – Rural	
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no PPA 2020–2023, alinhada à ECBB e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).	
iv. metas (planejadas/realizadas)⁷	2020 Planejado: R\$ 3,1 bilhões Realizado: R\$ 4,3 bilhões	2022 Planejado: R\$ 3,5 bilhões Realizado: R\$ 6,1 bilhões
	2021 Planejado: R\$ 3,1 bilhões Realizado: R\$ 6,0 bilhões	2023 Planejado: R\$ 4,2 bilhões
v. investimentos realizados⁸	Valor desembolsado em 2022: R\$ 5,6 bilhões.	
vi. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.	
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).	
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Resultado gerencial apurado de R\$ 1,7 bilhão em 2022.	
	Considerando os anos 2020 a 2022, referentes ao PPA vigente, observa-se superação das metas em todo o período, evidenciando o compromisso do Banco em ampliar e fortalecer o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste.	
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Em 2022, observou-se o atingimento de 175% da meta planejada, com destaque para os valores aplicados (R\$ 6,1 bilhões) superiores aos montantes dos anos anteriores. Ressalte-se, ainda, a utilização integral dos recursos disponibilizados pelo FCO, fundo administrado pelo BB. Outras informações sobre recursos repassados estão disponíveis no item 2.3 (Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas) desta Carta Anual.	

Manteremos a estratégia de prospecção de operações e aplicação conforme a disponibilidade do fundo.

⁷ As metas realizadas correspondem aos valores de operações contratadas.

⁸ Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, independente do ano de contratação da operação.

**Financiamento de Cadeias Produtivas (FCO – Empresarial)**

No âmbito do crédito empresarial, com recursos do FCO, são financiados projetos de investimento e empreendimentos localizados na região Centro-Oeste, em negócios que se dedicam à atividade produtiva nos setores: agroindustrial, industrial, infraestrutura econômica, mineral, comércio, serviços e turismo.

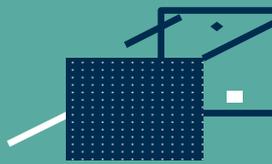
O financiamento tem como objetivo prioritário o fomento de projetos de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas (MPE), conforme estabelecido na Lei nº 7.827/1989, e na Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Tabela 4. Financiamento de Cadeias Produtivas (FCO – Empresarial).

Política Pública	FCO Empresarial	
i. descrição	Financiamento de cadeias produtivas priorizadas pela política de desenvolvimento territorial do BB, com recursos oriundos do FCO, no caso denominado FCO Empresarial.	
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano Ação: 00PM – FCO Empresarial	
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no PPA 2020-2023, alinhada à ECBB e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).	
iv. metas (planejadas/realizadas)⁹	2020 Planejado: R\$ 2,5 bilhões Realizado: R\$ 2,2 bilhões	2022 Planejado: R\$ 2,9 bilhões Realizado: R\$ 2,7 bilhões
	2021 Planejado: R\$ 2,7 bilhões Realizado: R\$ 2,2 bilhões	2023 Planejado: R\$ 4,0 bilhões
v. investimentos realizados¹⁰	Valor desembolsado em 2022: R\$ 2,8 bilhões.	
vi. custos incorridos	Custos de captação, administrativos e tributários.	
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos provenientes do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).	
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Resultado gerencial apurado de R\$ 597,6 milhões em 2022.	
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	No ano de 2020, a performance atingiu aproximadamente 90% da meta planejada, tendo sido utilizado como fonte de recursos para amparar e proporcionar a manutenção, bem como a adequação das atividades empresariais na Região Centro-Oeste.	
	Em 2021, o desempenho do FCO Empresarial manteve-se semelhante ao ano anterior, com uma redução no recurso orçamentário destinado a aplicação.	
	Em 2022 houve crescimento em valor contratado de aproximadamente 22%, quando comparado com 2021, sendo atingido 93% da meta planejada. O aumento de contratações foi impulsionado, dentre outros, pela implementação da metodologia de encargos regulamentada pela Resolução CMN 5.013/2022.	
	Outras informações sobre recursos repassados estão disponíveis no item 2.3 (Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas) desta Carta Anual.	

⁹ As metas realizadas correspondem aos valores de operações contratadas.

¹⁰ Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, independente do ano de contratação da operação.



2.1.1.4. Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

O objetivo do programa é a proteção à vida, o fortalecimento da família, a promoção e a defesa dos direitos humanos para todos, por meio do financiamento de bens e/ou serviços de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.

Financiamento de Bens e/ou Serviços de Tecnologia Assistiva

O BB Crédito Acessibilidade iniciou-se em fevereiro de 2012, a partir do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência (Decreto nº 7.612/2011).

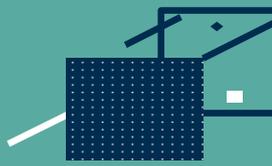
Trata-se de linha de crédito destinada a promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade. O público-alvo é composto por pessoas físicas com renda mensal de até 10 salários-mínimos e limite de crédito aprovado e vigente no BB.

Tabela 5. Financiamento de Bens e/ou Serviços de Tecnologia Assistiva (BB Crédito Acessibilidade).

Política Pública	BB Crédito Acessibilidade												
i. descrição	O BB Crédito Acessibilidade foi criado em 2012, a partir do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. É uma linha de crédito destinada ao financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva voltados à pessoa com deficiência.												
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 5034 – Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos Ação: 00ZJ – Financiamento de bens e/ou serviços de Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência												
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no PPA 2020-2023, alinhada à ECBB e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).												
iv. metas (planejadas/realizadas)¹¹	<table border="0"> <tr> <td>2020</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Planejado: R\$ 8,5 milhões</td> <td>Planejado: R\$ 8,5 milhões</td> </tr> <tr> <td>Realizado: R\$ 7,8 milhões</td> <td>Realizado: R\$ 8,9 milhões</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>Planejado: R\$ 8,7 milhões</td> <td>Planejado: R\$ 9,5 milhões</td> </tr> <tr> <td>Realizado: R\$ 5,9 milhões</td> <td></td> </tr> </table>	2020	2022	Planejado: R\$ 8,5 milhões	Planejado: R\$ 8,5 milhões	Realizado: R\$ 7,8 milhões	Realizado: R\$ 8,9 milhões	2021	2023	Planejado: R\$ 8,7 milhões	Planejado: R\$ 9,5 milhões	Realizado: R\$ 5,9 milhões	
2020	2022												
Planejado: R\$ 8,5 milhões	Planejado: R\$ 8,5 milhões												
Realizado: R\$ 7,8 milhões	Realizado: R\$ 8,9 milhões												
2021	2023												
Planejado: R\$ 8,7 milhões	Planejado: R\$ 9,5 milhões												
Realizado: R\$ 5,9 milhões													
v. investimentos realizados¹²	Valor desembolsado em 2022: R\$ 111,9 milhões												
vi. custos incorridos	Custos administrativos e tributários.												
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Depósitos à vista captados pelas instituições financeiras, conforme Resolução CMN 4.854/2020.												
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Resultado gerencial apurado de R\$ 3,7 milhões em 2022.												
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	<p>As metas realizadas entre os anos 2020 e 2022 correspondem às equalizações de taxas de juros e outros encargos financeiros sobre os saldos das operações de financiamentos.</p> <p>O ano de 2022 apresentou um atingimento da meta superior ao dos anos anteriores, alcançando 105% do planejado, tendo superado 9,7 mil operações contratadas.</p> <p>Desde o início do programa já foram contratadas 105 mil operações, totalizando desembolso de R\$ 900 milhões. O total de clientes atendidos passa dos 92 mil, evidenciando o compromisso do BB com os direitos das pessoas com deficiência.</p>												

¹¹ As metas realizadas correspondem às subvenções recebidas na forma da legislação, definidas no PPA 2020-2023 e apuradas a partir das operações vigentes.

¹² Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, coincidentes com os valores contratados no exercício.



2.1.1.5. Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Atuamos no programa com a finalidade de fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado às atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado.

Concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O Microcrédito Produtivo Orientado é o crédito concedido para atender às necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas, empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Utiliza modelo de atendimento ao empreendedor com ênfase na orientação, visando o desenvolvimento sustentável do negócio com a consequente

elevação do padrão de vida e geração de empregos, além de contribuir para a bancarização de empreendedores informais.

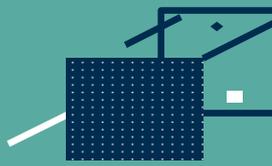
Pretendemos ampliar a atuação direta aos microempreendedores por meio de ações de aperfeiçoamento do modelo de contratação das operações, com a busca de novas soluções que visem maior capilaridade no processo.

Tabela 6. Concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO).

Política Pública	Concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)	
i. descrição	Crédito sob o amparo do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado.	
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 5027 – Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social Ação: 00ZK – Microcrédito Produtivo Orientado	
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Iniciativa governamental com meta prevista no PPA 2020-2023, alinhada à ECBB e aos objetivos e metas previamente definidos pelo controlador (União Federal).	
iv. metas (planejadas/realizadas)¹³	2020 Planejado: R\$ 800 milhões Realizado: R\$ 1,1 bilhão	2022 Planejado: R\$ 1,3 bilhão Realizado: R\$ 1,4 bilhão
	2021 Planejado: R\$ 800 milhões Realizado: R\$ 1,6 bilhão	2023 Planejado: R\$ 1,4 bilhão
v. investimentos realizados¹⁴	Valor desembolsado em 2022: R\$ 1,4 bilhão.	
vi. custos incorridos	Custos administrativos e tributários.	
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Recursos da exigibilidade do microcrédito (2% dos depósitos compulsórios à vista). Resolução CMN 4.854/2020, Art. 4º.	
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Resultado gerencial apurado de R\$ 59,3 milhões em 2022.	
	Em 2022, a meta planejada foi de R\$ 1,26 bilhão, o realizado foi de R\$ 1,4 bilhão, o que demonstra a superação da meta em 118%.	
	Foram contratadas mais de nove mil novas operações de MPO, com um total de oito mil clientes atendidos, onde cerca de seis mil são mulheres.	
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Além da aplicação direta, repassamos ainda, recursos para outras instituições autorizadas a operar no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), encerrando o ano de 2022 com R\$ 1,4 bilhão aplicados em Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM).	

¹³ As metas realizadas correspondem aos valores de operações contratadas.

¹⁴ Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, independente do ano de contratação da operação.



2.1.1.6. Comércio Exterior

O programa tem por objetivo aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.

Financiamento à exportação de bens e serviços

O Proger Exportação é linha de financiamento à exportação para Micro e Pequenas Empresas (MPE), criada no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), por meio da Resolução nº 330/2003.

Os recursos do Proger são emprestados aos bancos oficiais federais mediante autorização do Codefat, que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do

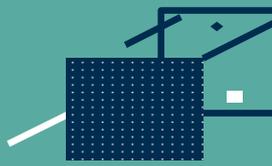
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (PDE), por meio de uma resolução para cada exercício. O efetivo aporte dos recursos é realizado de acordo com cronograma definido no Termo de Alocação de Depósito Especial do FAT (Tade), celebrado entre a secretaria executiva do conselho e cada agente financeiro, para cada programa ou linha de crédito especial.

Tabela 7. Financiamento à exportação de bens e serviços (Proger Exportação).

Política Pública	Proger Exportação	
i. descrição	O Proger Exportação tem por propósito promover o incremento das exportações de micro e pequenas empresas (MPE), com geração de emprego e renda.	
ii. codificação PPA 2020-2023	Programa: 2211 – Inserção Econômica Internacional	
iii. critérios adotados pelo BB para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público	Ação: 00ZM – Financiamento à exportação de bens e serviços, destinado a Micro e pequenas empresas	
iv. metas (planejadas/realizadas)¹⁵	2020 Planejado: R\$ 16 milhões Realizado: R\$ 235 mil	2022 Planejado: R\$ 0 Realizado: R\$ 0
v. investimentos realizados¹⁶	2021 Planejado: R\$ 19 milhões Realizado: R\$ 0	
vi. custos incorridos	Não houve desembolso em 2022, pois não houve repasse de recursos pelo FAT.	
vii. origem dos recursos envolvidos, incluindo as fontes de captação e condições	Custo da linha: TLP (Taxa de Longo Prazo) + remuneração ao agente financeiro.	
viii. estimativa dos impactos no desempenho financeiro do BB	Recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de micro e pequenas empresas brasileiras por meio da Resolução nº 330/03	
ix. avaliação de efetividade na consecução dos objetivos da política pública	Resultado gerencial apurado foi de R\$ 197 mil em 2022, consideradas apenas as operações em carteira, contratadas em anos anteriores.	
	O Proger auxilia as pequenas empresas (MPE) com o financiamento, principalmente, da sua promoção no mercado internacional, contribuindo para a internacionalização das empresas brasileiras, no incremento das exportações, bem como na geração de emprego e renda.	
	Desde 2021 não houve novos repasses do FAT destinados ao Proger Exportação. A linha encontra-se suspensa, sem novos desembolsos. Para 2023, será solicitado aporte de recursos ao Codefat.	

¹⁵ As metas realizadas correspondem aos valores de operações contratadas.

¹⁶ Os investimentos realizados correspondem aos valores desembolsados, independente do ano de contratação da operação.



2.1.2. Demais Políticas Públicas Realizadas em 2022

As demais políticas públicas executadas em 2022 compreendem iniciativas vigentes em períodos anteriores ou dentro dos propósitos de interesse público.

Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é linha de capital de giro, estabelecida pela Lei nº 13.999/2020, para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios.

O Programa tornou-se permanente pela Lei nº 14.161/2021, tendo como público-alvo clientes dos segmentos micro e pequenas empresas com Receita Bruta Anual registrada na Receita Federal do Brasil de até R\$ 4,8 milhões.

Em 2022, o Programa foi retomado a partir de julho e o BB foi o primeiro banco no país a disponibilizar a linha de crédito, tendo sido registrado desembolso recorde diário de R\$ 2,5 bilhões no primeiro dia de contratação. Na ocasião, o processo de contratação foi aperfeiçoado, a partir da integração com a Receita Federal do Brasil para compartilhamento de informações de faturamento das empresas, permitindo

ampliar a automação na concessão do crédito e reduzir o esforço das empresas na sua obtenção.

Os valores destinados para alocação pelo BB foram definidos pelo administrador do Fundo de Garantia de Operações do Pronampe (FGO Pronampe) e resultaram em desembolsos crescentes, conforme a seguir:

- I. Em 2020, desembolso de R\$ 7,0 bilhões;
- II. Em 2021, desembolso de R\$ 8,2 bilhões; e
- III. Em 2022, desembolso de R\$ 12,0 bilhões.

Destaque-se que o BB liderou os desembolsos da terceira tranche do Pronampe, atingindo cerca de 128 mil Micro e Pequenas Empresas (MPes), sendo que mais de 40% delas são lideradas por mulheres. Somadas as edições de 2020, 2021 e 2022, os desembolsos no BB apoiaram a manutenção da atividade e a preservação do emprego em 261 mil empresas.

2.2. Recursos para Custeio das Políticas Públicas

Nosso apoio à execução orçamentária federal, na condição de agência financeira oficial de fomento, ocorre por meio da concessão de empréstimos e financiamentos com taxas diferenciadas, lastreados com recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), além de recursos próprios. A seguir são apresentados os fundos e programas federais associados às políticas públicas.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

O FCO tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico e social Centro-Oeste do Brasil, sendo o principal instrumento de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a região.

Os recursos da carteira de crédito do fundo encontram-se lastreados a partir de repasses decendiais realizados pelo

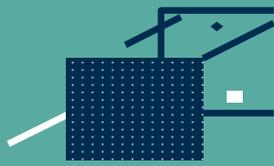
Tesouro Nacional para o Banco provenientes da arrecadação tributária da União, mais especificamente 0,6% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme o art. 6º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 7.827/1989.

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O FDA tem por finalidade assegurar recursos para investimentos em infraestrutura, em serviços públicos, em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e em atividades produtivas, além de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores ou de educação

profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

O FDA foi instituído pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001 e atualmente regulamentado pelo Decreto nº 10.053/2019.



Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)

O FDCO tem como finalidade assegurar recursos para a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em: infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) e o

Os recursos da carteira de crédito do FDCO são lastreados a partir de repasses realizados pela Sudeco, por ocasião da liberação dos créditos aos tomadores.

financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O FDCO foi criado pela Lei Complementar nº 129/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 10.152/2019.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE tem como finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

Os recursos da carteira de crédito do FDNE são lastreados a partir de repasses realizados pela Sudene por ocasião da liberação dos créditos aos tomadores. O FDNE foi criado pela Medida Provisória nº 2.156-5/2001 e regulamentado pelo Decreto nº 7.838/2012.

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O FMM se destina a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira. A Lei nº 10.893/2004, dispõe sobre o Fundo.

Os recursos da carteira de crédito do FMM são lastreados a partir de repasses realizados pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante, órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura, por ocasião da liberação dos créditos aos tomadores.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra (FTRA)

O FTRA tem como finalidade financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tendo como órgão gestor o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Os recursos do FTRA são transferidos aos mutuários a débito de disponibilidades constituídas a partir de repasses realizados pelo BNDES, autorizados pelo Mapa, compatíveis com a demanda por financiamentos ao longo do ano. Os créditos são

administrados pelo BB e restituídos à União no mês seguinte à amortização da dívida pelos mutuários.

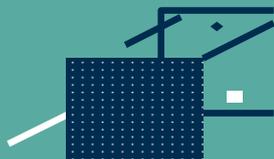
A Lei Complementar nº 93/1998 instituiu o FTRA, o qual é regido pelo Decreto nº 4.892/2003, alterado pelo Decreto nº 10.126/2019, e pelo regulamento operativo aprovado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Mapa.

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

O Funcafé foi criado pelo Decreto-lei nº 2.295/1986 e se destina ao financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, da indústria do café e da exportação. Financia o custeio, comercialização e investimento da produção cafeeira brasileira. Os recursos captados são destinados aos financiamentos em linhas de crédito rural.

O responsável pela alocação dos recursos é o Ministério de Agricultura e Pecuária, gestor do Funcafé.

Desde a criação do fundo, atuamos como agente financeiro e como operador, enquanto integrante do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) credenciado, mediante formalização do contrato com o Mapa.



Programa de Financiamento às Exportações (Proex)

O Proex foi criado pela Lei nº 10.184/2001, com o objetivo de aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior, a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação e aumentar a competitividade internacional das empresas brasileiras.

O Programa é o principal instrumento público de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços e os recursos são

oriundos da Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito. Atuamos, com exclusividade, como agente financeiro da União responsável pela gestão do Programa.

Os recursos da carteira de crédito do Proex encontram-se lastreados nos repasses realizados pelo Tesouro Nacional a partir da expectativa de demanda informada pelo Banco.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional (Pronaf/TN)

O Pronaf/TN, gerido pelo Mapa, foi criado pelo Decreto nº 1.946/1996 e tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, conforme Decreto nº 9.064/2017.

O Tesouro Nacional repassa recursos para o BB diretamente do Orçamento Geral da União (OGU), no âmbito das Operações

Oficiais de Crédito, os quais são destinados a financiamentos sob amparo do Programa e conforme descrito no Manual do Crédito Rural (MCR 01 – Normas, Capítulo 10). Atuamos como prestador de serviços e realizamos operações com risco da União.

2.3. Impactos Econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

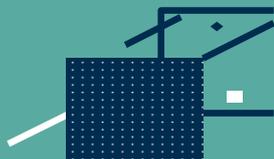
O Tesouro Nacional disponibilizou ao Banco do Brasil, durante o exercício de 2022, R\$ 7.179 milhões para fundos e programas destinados ao custeio de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (OFSS), sendo que o FCO e o FDNE representaram 81% desse total.

O valor restituído ao Tesouro Nacional, no mesmo período, referente às parcelas de retorno dos financiamentos (principal atualizado), totalizou R\$ 2.493 milhões. O saldo total da carteira de empréstimos e financiamentos concedidos pelo BB era de R\$ 60.853 milhões em dezembro/2022. Os valores podem ser consultados na Prestação de Contas Anual do Presidente da República – PCPR, Capítulo II, e estão detalhados na tabela a seguir:

Tabela 8. Recursos do OFSS – Valores Repassados e Valores Restituídos ao TN* – R\$ milhões.

Fundo/Programa	Valor Repassado pelo Tesouro Nacional (a)	Valor Restituído pelo Tesouro Nacional (b)	Fluxo 2022 (a - b)	Saldo da Carteira (Dez/22)
FCO	4.631	0	4.631	44.226
FDA	129	96	33	932
FDCO	0	61	-61	148
FDNE	1.160	349	811	2.802
FMM	26	898	-872	6.910
FTRA	100	88	12	799
Funcafé	230	170	60	508
Proex	837	774	63	3.872
Pronaf/TN ²	66	57	9	656
Total	7.179	2.493	4.686	60.853

(*) As devoluções de valores não aplicados foram deduzidas do Valor Repassado pelo TN, exceto para o Pronaf/TN que registra os valores não aplicados como Restituição do Valor não Concedido, conforme contrato; (2) Pode incluir valores repassados ao Banco a título de remuneração.



Nos financiamentos rurais e agroindustriais, utilizamos 86,5% de recursos próprios, principalmente poupança rural, letras de crédito do agronegócio (LCA) e depósitos à vista. Além desses, o Banco também repassa recursos de Fundos Constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). A tabela a seguir demonstra essa estratificação:

Tabela 9. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos – R\$ milhões.

	Dez/20	Part. %	Dez/21	Part. %	Dez/22	Part. %
Poupança Rural	103.169	53,8	143.794	58,0	145.806	47,1
LCA	26.205	13,7	29.097	11,7	49.555	16,0
Depósitos à Vista	18.002	9,4	29.045	11,7	34.493	11,1
FCO	21.600	11,3	25.039	10,1	31.707	10,2
BDNES/FINAME	7.184	3,7	5.718	2,3	4.124	1,3
Demais*	15.546	8,1	15.330	6,2	44.026	14,2
Carteira de Crédito Ampliada	191.707	100%	248.023	100%	309.711	100%

(*) Tesouro Nacional, Funcafé e títulos do agronegócio (CDCA e CPR).

Os financiamentos rurais e agroindustriais podem utilizar recursos equalizáveis ou não equalizáveis. A distribuição desses volumes pode ser visualizada na tabela a seguir:

Tabela 10. Recursos Equalizáveis e Não-Equalizáveis da Carteira de Agronegócios – R\$ milhões.

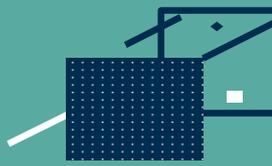
	Dez/20	Dez/21	Dez/22
Carteira de Crédito Classificada (a +b)	186.208	232.429	286.047
(a) Recursos Equalizáveis	89.960	94.216	109.455
<i>Investimento</i>	55.404	59.992	67.779
<i>Custeio</i>	33.994	34.062	41.036
<i>Comercialização</i>	563	163	640
(b) Recursos Não-Equalizáveis	96.248	138.213	176.592
(c) Títulos do Agronegócio (CDCA e CPR)	5.498	15.594	23.664
Carteira de Crédito Ampliada (a+b+c)	191.707	248.023	309.711

A equalização, modalidade de subvenção econômica, instituída pela Lei nº 8.427/1992, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais e os bancos cooperativos, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural, nos termos dos artigos 1º, incisos I e II e art. 5º da Lei nº 8.427/1992.

Os volumes de receitas de equalização recebidas e a receber pelo Banco do Brasil são detalhados nas tabelas 11 e 12. Vale destacar o recorte para a carteira de recursos equalizáveis, já apresentado na tabela 10.

Tabela 11. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação – R\$ milhões.

	Dez/20	Dez/21	Dez/22
Total	1.631	2.428	5.821
Receitas de Equalização	1.611	2.410	5.740
Fator de Ponderação	19	17	81

**Tabela 12.** Receitas de Equalização a Receber (Movimentação*) – R\$ milhões.

	Dez/20	Dez/21	Dez/22
Saldo Inicial	1.306	699	938
(+/-) Movimentações	- 607	239	421
Saldo Final	699	938	1.359

(*) Fluxo da equalização de taxas da safra agrícola - Lei nº 8.427/1992 com o Tesouro Nacional, conforme Demonstrações Contábeis, Nota Explicativa 13 – Outros Ativos, subitem a) Composição.

Informações adicionais podem ser encontradas nas Demonstrações Contábeis – Exercício 2022 (disponíveis em bb.com.br/ri > Informações Financeiras > Central de Resultados).

3. Atividades Desenvolvidas

Fundado em 12 de outubro de 1808, fomos a primeira instituição bancária a atuar no País e a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Somos um banco múltiplo constituído sob a forma de sociedade anônima aberta de economia mista e temos como acionista controlador a União.

Figuramos como um dos maiores conglomerados financeiros do País em termos de ativos, com 17,5% de participação de mercado, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Banco Central em dezembro de 2022. Somos também, com base nos mesmos dados, o maior banco em gestão de ativos, com 24,3% de participação de mercado, nos empréstimos ao

agronegócio com participação de mercado de 52,1%, e no setor de crédito consignado, com 19,6% de participação de mercado.

Em 2022, no processo de revisão do planejamento estratégico evoluímos nosso propósito para **ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos**.

Além disso, representando a base de nossa cultura, alinhado à evolução do propósito e reforçando a identidade organizacional da Empresa, nossos valores são **proximidade, inovação, integridade, eficiência e compromisso com a sociedade**.

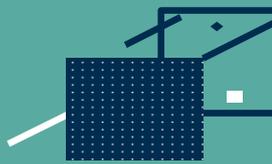
Figura 1. Propósito e Valores do Banco do Brasil.

PROPÓSITO

Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos.

VALORES

- Proximidade**
Somos presentes e proativos para encantar nossos clientes.
- Eficiência**
Otimizamos os recursos disponíveis para criar valor aos nossos públicos de relacionamento.
- Compromisso com a sociedade**
Consideramos o interesse coletivo na tomada de nossas decisões.
- Inovação**
Inovamos para simplificar as soluções e facilitar a vida das pessoas.
- Integridade**
Somos confiáveis, éticos e transparentes.



Nossa principal força está no relacionamento de qualidade com nossos clientes em todos os segmentos que atuamos. Além disso, somamos à nossa ampla capilaridade e presença no país uma plataforma de canais digitais completa e segura, estando disponíveis ao cliente onde, quando e por meio do canal que ele preferir. Ainda, a partir de parcerias estratégicas, empresas coligadas e controladas, oferecemos uma ampla variedade de soluções, produtos e serviços.

Realizamos negócios com rentabilidade compatível com os riscos dos mercados em que atuamos. Para oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo, segmentamos nossos clientes em seis mercados:

- | | | |
|-----------------------------|--|-----------------------|
| i. Varejo Pessoa Física; | iii. Atacado Empresarial; | v. <i>Private</i> ; e |
| ii. Varejo Pessoa Jurídica; | iv. <i>Corporate e Large Corporate</i> ; | vi. Setor Público. |

O conhecimento dos mercados permite o desenvolvimento de propostas de valor adequadas aos perfis de cada cliente: modelo de atendimento, canais, portfólios de produtos e serviços, abordagem de comunicação integrada e, quando for o caso, marca específica.

Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos 81,8 milhões de clientes, 42,9 milhões de contas correntes e 55.867 pontos de atendimento, incluindo 3.983 agências próprias.

Temos presença significativa em todos os estados brasileiros, além de atuarmos em importantes centros financeiros mundiais contribuindo ativamente para o desenvolvimento econômico e social do País. Ao final de dezembro/2022, contávamos com 86 mil funcionários.

Informações adicionais sobre os nossos principais produtos e serviços podem ser encontradas na seção 1 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência).

4. Atribuições Estatutárias

Alinhado ao interesse público, desenvolvemos atividades que atendem às políticas públicas e ao nosso objeto social, conforme artigos 5º e 6º do nosso Estatuto Social:

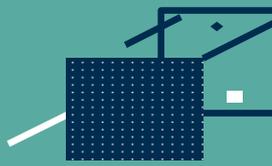
- Art. 5º.** O Banco contratará, na forma da lei ou regulamento, diretamente com a União ou com a sua interveniência:
- a execução dos encargos e serviços pertinentes à função de agente financeiro do Tesouro Nacional e às demais funções que lhe forem atribuídas por lei;
 - a realização de financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza; e
 - a concessão de garantia em favor da União.

Parágrafo único. A contratação de que trata este artigo fica condicionada, conforme o caso:

- à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;
- à prévia e formal definição dos prazos e da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros;
- à prévia e formal definição dos prazos e da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados; e
- à prévia e formal definição do prazo para o adimplemento das obrigações e das penalidades por seu descumprimento.

Art. 6º. O Banco poderá contratar a execução de encargos, serviços e operações de competência do Banco Central do Brasil, desde que observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º do Estatuto Social.

Além de importante agente do desenvolvimento econômico e social do País, atuamos junto à administração pública na promoção de melhorias nos mais diversos setores. Para manter o crescimento e a rentabilidade sustentáveis, estabelecemos parcerias que remunerem adequadamente, assegurem os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à sociedade e ao meio ambiente.



Atuamos em políticas públicas por meio da disponibilização de serviços financeiros aos nossos clientes, participamos também de programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais. Nesse sentido, temos transações com a União, acionista controlador, que geram efeitos financeiros positivos em seu patrimônio e resultado.

Essas transações, assim como todas as outras operações realizadas com nossas partes relacionadas, seguem os direcionamentos estratégicos definidos em nossa Política Específica de Transações com Partes Relacionadas (disponível em bb.com.br/ri › Governança e Sustentabilidade › Estatuto e Políticas › Políticas).

Informações adicionais sobre nossas transações com partes relacionadas podem ser encontradas na seção 11 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri › Publicações e Comunicados › Formulários de Referência) e em nossas Demonstrações Contábeis – Exercício 2022 (disponível em bb.com.br/ri › Informações Financeiras › Central de Resultados).

5. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Nossa estrutura organizacional possui atribuições definidas e governança estabelecida, com participação da Alta Administração, compatível com a complexidade dos negócios, com a natureza das operações e a dimensão da exposição aos riscos, além de assegurar a transparência, completude e exatidão das informações prestadas ao mercado e aos órgãos reguladores.

Nesse contexto, adotamos o Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), para auxiliar o atingimento dos objetivos estratégicos, incluindo o atendimento das políticas públicas. Nosso Sistema de Controles Internos é fundamentado no MRLD que reforça as competências e responsabilidades de todas as áreas na gestão de riscos e controles. O referido modelo atua em Linhas de Defesa e promove maior inter-relação entre negócios, gestão de riscos e controles, na busca contínua pela mitigação tempestiva dos riscos, redução de perdas, aprimoramento dos processos, sustentabilidade e, por consequência, resultados financeiros sustentáveis.

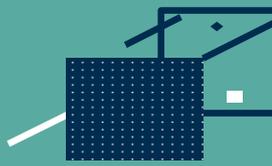
Os riscos são identificados e os controles implementados pelas áreas de primeira Linha de Defesa com o objetivo de assegurar a veracidade, a completude, a coerência e precisão das informações. A segunda Linha de Defesa é composta pelas Diretoria Controles Internos e *Compliance* (Dicoi) e Diretoria Gestão de Riscos (Diris), e tem como principais atribuições supervisionar, assessorar e avaliar os controles e a qualidade do gerenciamento dos riscos. A Dicoi, em sua função de segunda Linha, seleciona temas a serem priorizados em seu escopo de atuação. As avaliações desses temas são realizadas observando metodologia específica para a avaliação de riscos e controles, na qual são utilizados referenciais direcionadores

reconhecidos pelo mercado, tais como: COSO 2013 (*Framework for the Evaluation of Internal Control Systems*); COSO ERM 2017 (*Framework for Enterprise Risk Management*); COBIT 2019 (*Control Objectives for Information and related Technology*); ISO 31000 (Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes); e ISO 31010 (Gestão de Riscos – Técnicas Para o Processo de Avaliação de Riscos).

O resultado dessas avaliações compõe o indicador de Efetividade do Sistema de Controles Internos (ECI). Trata-se de instrumento para monitoramento da eficácia e qualidade dos controles em nossas Unidades Organizacionais, por meio de análises contínuas e independentes, a partir de um conjunto de métricas de mensuração de performance das áreas no que se refere à Controles Internos, *Compliance*, Gestão de Riscos e Experiência do Cliente, cuja nota impacta o acordo de trabalho das Unidades. Eventuais deficiências identificadas são objeto de recomendações e as correções acompanhadas por meio de ferramenta corporativa. O resultado desse processo é reportado periodicamente aos nossos órgãos de governança.

Além disso, em atendimento à Resolução CMN nº 4.968/2021, nossa Diretoria de Controles Internos elabora, anualmente, o Relatório das Atividades Relacionadas ao Sistema de Controles Internos, emitindo parecer sobre a efetividade dos controles internos na mitigação dos riscos a que estamos expostos. Esse relatório é encaminhado ao Conselho de Administração do BB para aprovação e fica disponível para apreciação do Banco Central do Brasil.

Como integrante da terceira Linha, a Auditoria Interna (Audit) é responsável por avaliar todo o ciclo de gerenciamento de



riscos e controles internos e governança do Banco, atuando com autonomia e independência na avaliação do Sistema de Controles Internos, incluindo a forma de atuação da primeira e da segunda Linhas de Defesa.

Dispomos, também, de um Canal de Denúncias, que pode ser acessado por meio do Portal BB na internet, para a recepção de denúncias de qualquer natureza, inclusive ilícitos criminais relacionados às atividades do Conglomerado Prudencial BB, ou de outras informações que possam afetar a reputação dos membros do Conselho de Administração (CA), detentores de participação qualificada na forma da Resolução CMN nº 4.122/2012, Presidente, Vice-presidentes e Diretores, nos termos da Resolução CMN nº 4.859/2020. Semestralmente, é elaborado relatório com o resultado das avaliações, o qual é reportado à Alta Administração.

Na arquitetura de Governança Corporativa, dispomos de um conjunto de Políticas de Gestão dos Riscos, Controles Internos e *Compliance* aprovadas e revisadas periodicamente no âmbito do CA. A Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital é revisada, no mínimo, anualmente, tendo sua última revisão ocorrido em 2022 e a Política Específica de Controles

Internos e Conformidade (*Compliance*) é revisada no mínimo a cada três anos, a última revisão ocorreu em 2021.

Quanto ao *Compliance*, possuímos um Programa aprovado pelo CA, que tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir a exposição da instituição a situações de não conformidade às leis, às normas e aos regulamentos externos e internos, bem como ao Código de Ética, além de basear-se nas diretrizes da cultura de conformidade, dos princípios éticos e de integridade e nas boas práticas da governança corporativa. Esse Programa também abrange os parâmetros de integridade do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, e tem reportes periódicos à Alta Administração.

A Dicoi também elabora, anualmente, relatório de verificação da efetividade das ações que envolvem o processo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo, ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e à Corrupção, o qual é reportado à Alta Administração.

Informações adicionais e detalhadas sobre as estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos, a exemplo de políticas e instrumentos mitigadores, podem ser encontradas na seção 5 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri › Publicações e Comunicados › Formulários de Referência).

6. Fatores de Risco

Apresentamos na seção 4.1 do nosso Formulário de Referência os Fatores de Risco mais relevantes, que podem impactar os negócios e os resultados das operações dos emissores e influenciar a decisão de investimento relacionados ao: emissor; acionistas, controladas e coligadas; administradores; fornecedores; clientes; setores da economia, regulação dos

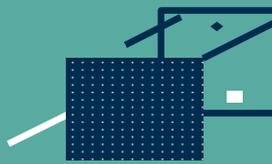
setores e países estrangeiros em que atuamos e questões sociais, ambientais e climáticas.

Na seção 4.2 do Formulário de Referência, indicamos os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no item 4.1

Informações adicionais sobre fatores de riscos podem ser encontradas na seção 4 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri › Publicações e Comunicados › Formulários de Referência).

7. Dados Econômico-Financeiros

O relatório Análise do Desempenho (disponível em bb.com.br/ri › Informações Financeiras › Central de Resultados) apresenta nossa situação econômico-financeira. O relatório é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral.



A publicação disponibiliza conteúdo com dados sobre indicadores econômicos, desempenho dos papéis do BB e gestão de riscos, além de tabelas com séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração do Resultado com Realocações, informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais. Ao final do relatório apresentamos as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do período em análise.

Informações sobre dados econômico-financeiros do Banco do Brasil em IFRS podem ser encontradas na seção 2 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência).

7.1. Comentários sobre o Desempenho Operacional

Os membros da nossa Diretoria Executiva, na forma da Resolução CVM nº 80/2022, comentam na seção 2 do Formulário de Referência os principais aspectos relativos ao Banco, retrospectivamente a 2020, 2021 e 2022, declarando que as informações são verdadeiras, completas e consistentes.

Inicialmente, evidenciamos nossas condições financeiras e patrimoniais, estrutura de capital, fontes de financiamento e seus níveis de endividamento. Divulgamos, ainda, as variações mais relevantes do Balanço Patrimonial – BP entre os exercícios 2022/2021, 2021/2020 e 2020/2019. O desempenho comentado tem como base as Demonstrações Contábeis em padrão internacional (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos órgãos antecessores.

Em seguida, apresentamos a formação do nosso resultado a partir de análises vertical e horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em que são evidenciadas: (i) Receitas de Juros; (ii) Despesas de Juros; (iii) Provisão para Perdas Esperadas; (iv) Receitas não de Juros e (v) Despesa não de Juros.

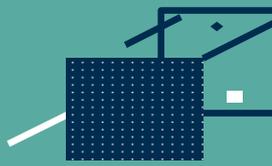
Por fim, apresentamos os valores orçados e realizados dos itens relativos às despesas de publicidade e propaganda e promoções e patrocínio.

Comentários detalhados dos nossos Diretores sobre o desempenho do BB podem ser encontrados na seção 2 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência).

8. Políticas e Práticas de Governança Corporativa

Estamos comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa, dentre as quais destacamos:

- i. Estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias (cada ação um voto);
- ii. Previsão de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração (CA);
- iii. Divulgação de Código de Conduta aprovado pelo CA e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- iv. Divulgação de Política de Transações com Partes Relacionadas (TPR), aprovada pelo CA;
- v. Comitês de Auditoria e de Gestão de Riscos e de Capital estatutários como órgãos de assessoramento vinculados ao CA, com autonomia operacional;
- vi. Resolução de conflitos entre acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (CF), efetivos e suplentes, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado;
- vii. Declaração, no Estatuto Social, das obrigações do acionista controlador para os casos de: alienação do controle acionário, fechamento de capital, saída do Novo Mercado, reorganização societária e manutenção de, no mínimo, 25% de ações em circulação;
- viii. Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de Política de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada pelo CA;



ix. Manutenção de Canal de Denúncias; e

x. Declaração no Estatuto Social e nos Regimentos Internos nos órgãos de governança do BB, de mecanismos para a resolução de situações envolvendo conflito de interesses.

Nos últimos anos envidamos nossos melhores esforços para aprimorar as práticas de governança do BB, como forma de gerar valor para nossos acionistas e para a sociedade em geral, demonstrando, assim, o compromisso do Banco com resultados crescentes e sustentáveis.

Em 2021, o resultado do levantamento realizado pelo TCU, para fins do Índice Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas (IGG-TCU 2021), reafirmou que estamos no estágio aprimorado no que diz respeito ao tema.

Obtivemos, novamente, o Selo de Governança Nível I (IG-SEST) em 2022, atingindo nos seis ciclos realizados pontuação máxima (nota 10) em todos os critérios avaliados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Esses reconhecimentos são fruto de aprimoramentos contínuos na estrutura e nas práticas de governança do Banco.

Em relação aos principais ajustes nos documentos de governança do BB, em 2022, foram aprovadas e encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral, alterações no Estatuto

Social, dentre as quais destacamos (i) explicitação de impedimentos ao ingresso em cargo da administração do BB, daqueles condenados por crime falimentar, prevaricação, concussão e peculato; (ii) alinhamento do Estatuto Social ao estabelecido na Resolução CVM nº 44/2021, no que diz respeito aos efeitos dos planos de investimentos e desinvestimentos em valores mobiliários elaborados pelos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e de órgãos técnicos ou consultivos criados por disposição estatutária.

Destacamos que somos o único Banco listado no Novo Mercado da B3, segmento que reúne somente empresas com o mais elevado padrão de governança corporativa, as quais adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira. A listagem nesse segmento especial implica a adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle.

8.1 Estrutura Administrativa

Nossa estrutura administrativa é estabelecida no Estatuto Social e nos Regimentos Internos dos órgãos de governança (disponível em bb.com.br/ri > Estatuto, Políticas e Códigos). Também disponibilizamos em nosso portal, na internet, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, que apresenta os princípios e práticas da Empresa, de forma transparente, completa, objetiva e precisa.

A estrutura de governança corporativa do BB pode ser ilustrada conforme a figura a seguir:

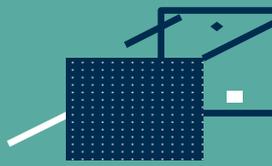
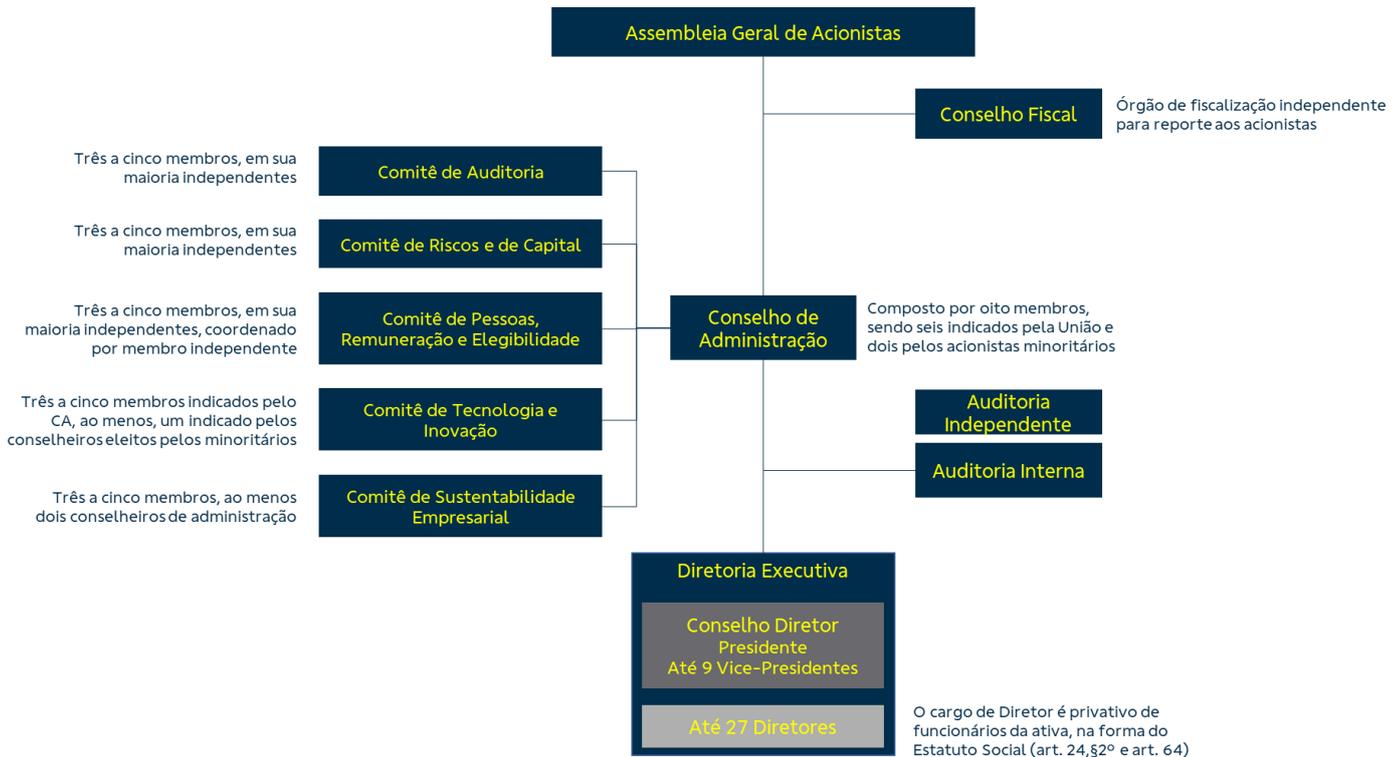


Figura 2. Estrutura de Governança Corporativa do Banco do Brasil.

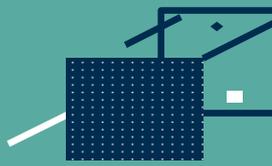


São órgãos de administração do Banco do Brasil, integrados por brasileiros dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo:

- i. O Conselho de Administração que tem, na forma prevista em lei e no Estatuto Social do Banco do Brasil, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, cujos membros são eleitos pela Assembleia Geral; e
- ii. A Diretoria Executiva, responsável pela administração do Banco, composta pela Presidenta, pelos Vice-Presidentes e demais Diretores estatutários. No âmbito da Diretoria Executiva, a Presidenta e os Vice-Presidentes compõem o Conselho Diretor.

Além disso, integram a estrutura de governança do Banco do Brasil os seguintes órgãos:

- i. Comitê de Auditoria (Coaud): estabelecido no artigo 33 do Estatuto Social, tem seu funcionamento regulado por seu Regimento Interno e tem a atribuição de assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se, dentre outros, sobre a qualidade das demonstrações contábeis, a efetividade do sistema de controles internos e a efetividade das auditorias interna e independente;
- ii. Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); estabelecido no artigo 34 do Estatuto Social, tem seu funcionamento regulado pelo seu Regimento Interno e tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento das Políticas de Gestão de Pessoas, de Remuneração de Administradores e de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco do Brasil;



- iii. Comitê de Riscos e de Capital (Coris): estabelecido no artigo 35 do Estatuto Social, tem seu funcionamento regulado pelo seu Regimento Interno e tem a atribuição de assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil;
- iv. Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei): estabelecido no artigo 36 do Estatuto Social, tem seu funcionamento regulado pelo seu Regimento Interno e tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração em temas relacionados a tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação para fazer frente a essas tendências e seus efeitos sobre o Banco do Brasil;
- v. Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cossem): estabelecido no artigo 37 do Estatuto Social, tem seu funcionamento regulado pelo seu Regimento Interno e tem a atribuição de assessorar o Conselho de Administração em temas relacionados à sustentabilidade no Banco do Brasil, considerando as melhores práticas de mercado e os compromissos assumidos pelo Banco; e
- vi. O Conselho Fiscal (CF) tem, na forma do Estatuto Social, seu Regimento interno e legislação vigente a atribuição de fiscalizar os atos de gestão administrativa para proteção dos interesses do Banco e dos acionistas, satisfeitas as exigências do bem público e da função social do BB.

O Banco também conta com áreas de apoio à governança corporativa. São elas:

- i. Auditoria Interna (Audit), vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras; e
- ii. Auditoria Independente, representada por empresa contratada pelo Banco do Brasil para prestar serviços de auditoria contábil e outros serviços correlatos, de maneira independente, visando o atendimento de determinações legais e regulamentares a que o Conglomerado está sujeito.

8.2 Comitês Estratégicos

Com o propósito de envolver as unidades organizacionais na definição de diretrizes e aprovação de propostas para os diversos negócios do BB, nossa administração se utiliza de comitês estratégicos, acionados no âmbito da Diretoria Executiva, que decidem sobre assuntos de abrangência corporativa e garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão, conforme demonstra a figura a seguir:

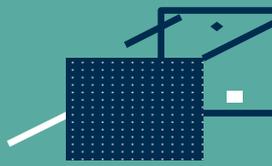
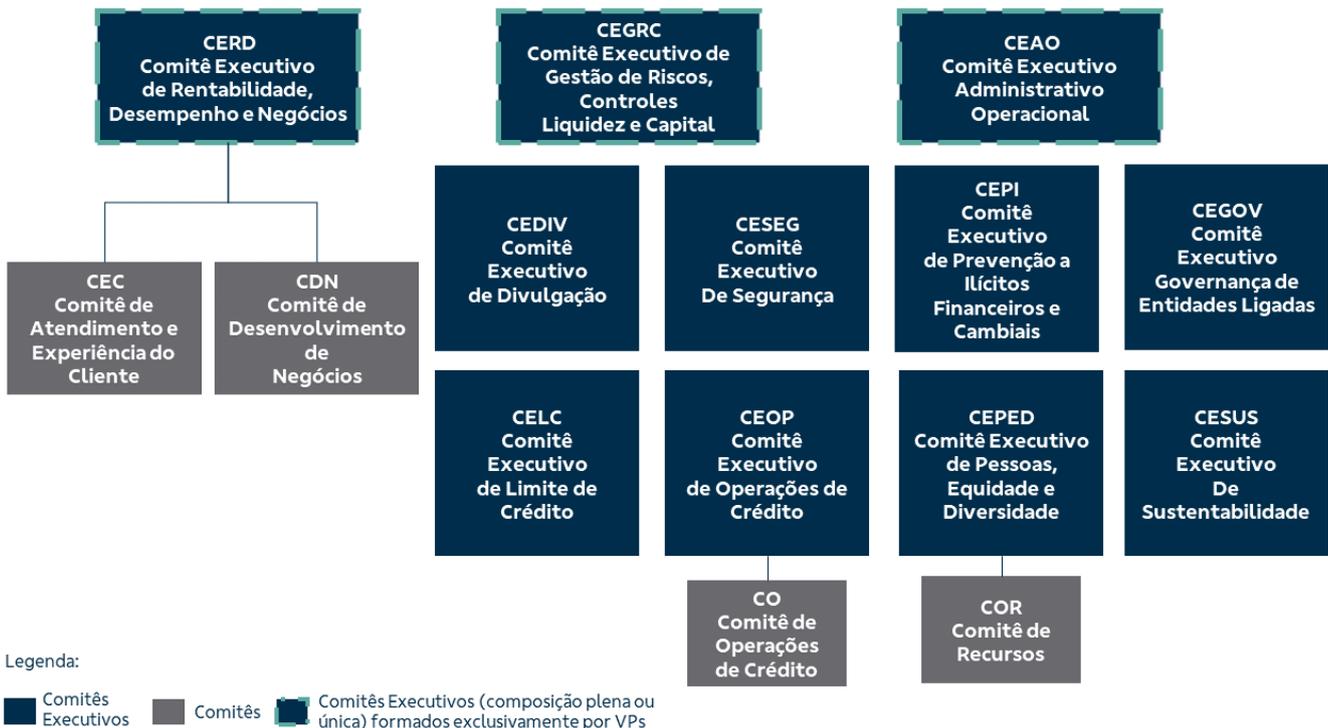
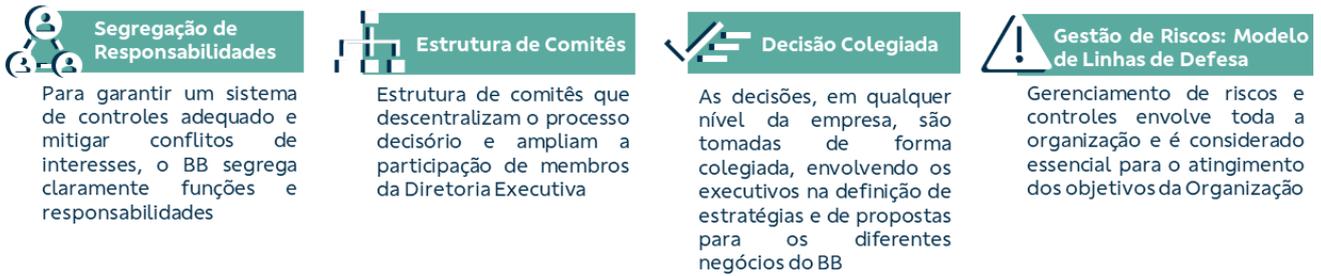


Figura 3. Processo de Tomada de Decisão.



Informações adicionais sobre a estrutura e práticas de governança e composição da administração do Banco do Brasil podem ser encontradas na seção 7 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulários de Referência.

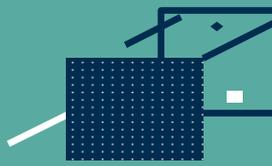
8.3 Política de Remuneração dos Administradores

A Política de Remuneração dos Administradores do BB é regulamentada pela Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 89.309/1984, Resolução CMN nº 3.921/2010, Lei nº 12.813/2013 e Estatuto Social do Banco do Brasil e tem por objetivo:

- i. Reforçar o compromisso com a Estratégia Corporativa e com o resultado sustentável do BB

e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas;

- ii. Compatibilizar a Política de Remuneração Variável à Política de Gestão de Risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos da Organização; e



- iii. Contribuir diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos, pois é constituído de indicadores de desempenho que são desdobramentos da Estratégia Corporativa e do Plano Diretor.

A remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), cuja ata está disponível no portal de Relações com Investidores (bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Assembleias e Reuniões da Administração).

Os valores são definidos com base em pesquisa de mercado, equilíbrio interno, responsabilidade, desempenho da Empresa e individual, entre outros fatores. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios.

O Programa de Remuneração Variável de Administradores (RVA) visa reconhecer o esforço dos dirigentes na construção dos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados à Estratégia Corporativa. O Programa é proposto pelo Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, aprovado pelo Conselho de Administração e, posteriormente, submetido à manifestação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos/Sest. A forma de pagamento segue as definições propostas pela Resolução CMN nº 3.921/2010, dentre as quais destaca-se o pagamento em ações da Companhia.

Alinhado ao interesse público, a remuneração variável de administradores e empregados do Banco do Brasil é influenciada pelo desempenho do Indicador de Políticas Públicas, conforme orientação da Sest. O desempenho deste indicador reflete diretamente no percentual pago aos administradores através do Programa de Remuneração Variável de Administradores, além de sensibilizar percentual

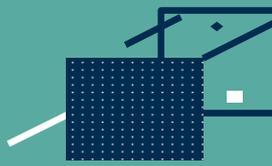
distribuído aos funcionários pelo Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

Ressalta-se que a composição da remuneração concedida aos membros da Diretoria Executiva adequa-se aos dispositivos legais referentes a empresas estatais e sociedades anônimas e visa recompensá-los pelo grau de responsabilidade de suas funções e pela fidúcia a elas inerente, bem como o valor de cada profissional no mercado, considerando a Política de Gestão de Riscos da Empresa, seus resultados e o ambiente econômico em que está inserida.

Para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal o valor dos honorários é definido em 10% da remuneração mensal média da Diretoria Executiva, conforme Lei nº 6.404/1976 e Lei nº 9.292/1996, excluídos os valores relativos a benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa. As informações relacionadas a seguir atendem aos requisitos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016. Neste sentido, é apresentado o valor global anual da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

As informações não são individualizadas, pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, de fonte constitucional, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5.º, inciso X, da Constituição Federal.

Em sede infraconstitucional, destacamos que a proteção ao sigilo empresarial encontra amparo no art. 155, inciso II, da Lei nº 6.404/1976, como dever de proteção de direitos da companhia; no art. 4º, parágrafo 2º e art. 8º, parágrafo 3º da Lei nº 13.303/2016, que submete o Banco ao regime informacional conforme as disposições da Lei nº 6.385/1976; e no art. 22 da Lei nº 12.527/2011, que impõe restrição de acesso à informação sujeita ao sigilo empresarial.



A tabela a seguir contém o detalhamento da remuneração dos administradores segmentado por órgão da administração do Banco do Brasil:

Tabela 13. Remuneração dos Administradores em 2022.

	Conselho de Admin.	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Número total de membros (média 12 meses)	8	5	31,83
Número de membros remunerados (*)	1,25	5,17	38,92
Remuneração Segregada em:			
1. Remuneração Fixa Anual, segregada em:			
- Salário ou pró-labore (R\$)	65.230,18	371.231,20	22.877.213,56
- Benefícios diretos e indiretos (R\$)	--	--	3.533.055,58
- Remuneração por participação em comitês (R\$)	--	--	--
- Outros (R\$)	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração Variável em (R\$)	--	--	10.012.413,52
3. Benefícios pós-emprego (R\$)	--	--	--
4. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	--	--	52.177,45
5. Remuneração baseada em ações, incluindo opções (R\$)	--	--	7.522.920,56
Valor anual de remuneração por órgão (R\$)	65.230,18	371.231,20	43.997.780,67
Total de remuneração (R\$)			44.434.242,05

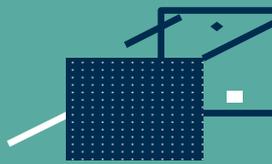
(*) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, em conformidade com o Ofício-circular/Anual2023-CVM/SEP, de 28/02/2023.

O Programa de RVA para o exercício 2022 teve seu valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022 e sua definição, qual seja 50% em pecúnia e 50% em ações, das quais 20% podem vir a ser à vista e 80% no prazo de quatro anos, foi proposta pelo Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Resolução CMN nº 3.921/2010 (tabela a seguir).

Tabela 14. Remuneração Variável da Diretoria Executiva (Tipo de Remuneração em 2022) – R\$.

Remuneração em Pecúnia	10.012.413,52
Programa 2021	5.006.854,91
Adiantamento Programa 2022	5.005.558,61
Remuneração em Ações (R\$) (*)	7.522.920,56
Programa 2017 (parcela 4/4)	1.712.930,09
Programa 2018 (parcela 3/4)	1.128.053,77
Programa 2019 (parcela 2/4)	1.478.441,77
Programa 2020 (parcela 1/4)	1.440.435,23
Programa 2021 (parcela à vista)	1.763.059,70
Total de Remuneração	17.535.334,08

(*) Sem os encargos sociais incidentes.



A tabela a seguir apresenta informações adicionais referentes a remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva:

Tabela 15. Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal em 2022 – Maior, Menor e Médio de remuneração.

	Conselho Admin.	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Número de membros (média 12 meses)	8,00	5,00	31,83
Número de membros remunerados	1,25	5,17	38,92
Valor da maior remuneração individual (R\$) – ano	71.813,04	71.813,04	1.485.065,56
Valor da menor remuneração individual (R\$) – ano	71.813,04	71.813,04	1.038.588,13
Valor médio de remuneração individual ao ano (R\$) (*)	52.184,14	71.804,87	1.130.563,96

(*) O valor médio apurado para o Conselho de Administração é a razão de R\$ 65.230,18 por 1,25; para o Conselho Fiscal é a razão de R\$ 371.231,20 por 5,17; e da Diretoria Executiva é a razão de R\$ 43.997.780,67 por 38,92. Os divisores correspondem ao número de membros remunerados de cada órgão.

Para mais informações sobre a política ou prática de remuneração dos administradores, consulte a seção 8 do Formulário de Referência (disponível em bb.com.br/ri > Publicações e Comunicados > Formulário de Referência).

9. Outras Informações

9.1. Composição Acionária

O Valor Patrimonial por ação encerrou o período em R\$ 53,81, variação de 14,0% em relação a dezembro/2021. A Cotação de Fechamento em dezembro/2022 ficou em R\$ 34,73 para BBSA3 e US\$ 6,58 para as ADRs que fazem parte de um programa nível I, negociadas no mercado de balcão norte-americano.

Contamos com uma base de mais de 953 mil acionistas, sendo 98,4% pessoas físicas (PF) e 1,4% pessoas jurídicas (PJ). Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, nossa base de acionistas PF cresceu de 430 mil para 937 mil. Nossa composição acionária encerrou dezembro/2022 distribuída entre 50% de ações com a União Federal, 49,6% em circulação (*free float*) e 0,40% mantidas em tesouraria. Os investidores locais respondem por 77% das ações em circulação, enquanto os estrangeiros detêm 23%. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,537% do Ibovespa no último quadrimestre.

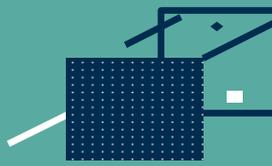
Nossa composição acionária, ao final de 2022, estava assim distribuída:

Tabela 16. Banco do Brasil S.A. - Composição Acionária - %.

	Dez/22
Total	100,0%
(a) União Federal	50,0%
(b) Ações em circulação (<i>free float</i>)	49,6%
PF	13,8%
PJ	12,5%
Capital Estrangeiro	23,3%
Demais (*)	0,4%
Free Float exceto Demais (%): b/(a+b)	49,8%

(*) Demais é composto por ações em tesouraria, frações de incorporação do BNC e BESC e as ações de membros do Conselho de Administração, Conselho Diretor e Diretoria Executiva.

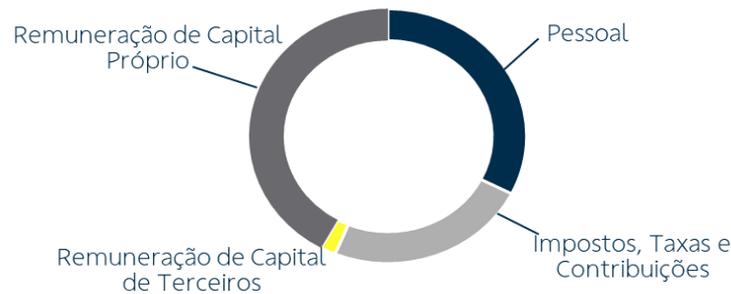
Relatórios e informações à CVM estão disponíveis no portal de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).



9.2 Demonstração do Valor Adicionado

Em 2022, o BB alcançou R\$ 80,1 bilhões, elevação de 35,9% em um ano, em valor adicionado à sociedade, quando consideramos impostos, salários, dividendos e demais componentes. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição.

Figura 4. Distribuição do Valor Adicionado 2022.



Informações adicionais e detalhadas sobre a demonstração do valor adicionado podem ser encontradas no Relatório de Análise do Desempenho do 4º trimestre de 2022 (disponível em bb.com.br/ri > Informações Financeiras > Central de Resultados > Análise do Desempenho 4T22).

9.3. Outras Ações

9.3.1. Arrecadação de Tributos e Rendas Federais

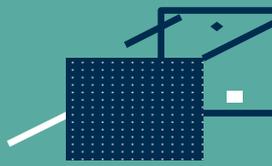
Os serviços relacionados à arrecadação de tributos e rendas federais, previstos na Lei nº 4.595/1964, art. 19, inciso I, alínea "a", e Decreto nº 93.872/1986, art. 2º, são realizados pelo BB mediante instrumentos jurídicos firmados junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme previsto no § 2º, inciso I do Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos relativos às obrigações BB pela arrecadação de tributos são evidenciados em nossas Demonstrações Contábeis – Exercício de 2022, mais especificamente no Balanço Patrimonial – Outros Passivos, e na Nota Explicativa nº 20 – Outros Passivos Não Financeiros, grupamento "Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados".

Adicionalmente, as rendas de arrecadação de tributos federais fazem parte das mesmas Demonstrações Contábeis mencionadas, evidenciadas de forma mais específica na Demonstração do Resultado – Receitas de Prestação de Serviços, e na nota explicativa nº 24, em grupamento denominado "Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais".

No ano de 2022, a arrecadação de tributos e rendas federais, por meio do BB, foi no montante de R\$ 778,3 bilhões.

Informações sobre Arrecadação de tributos e rendas federais podem ser encontradas nas Demonstrações Contábeis – Exercício 2022 (disponíveis em bb.com.br/ri > Informações Financeiras > Central de Resultados).



9.3.2. Atividades Diversas Relacionadas à Administração e Execução Financeira da União

Enquanto agente financeiro do Tesouro Nacional, definido pela Lei nº 4.595/1964, art. 19, inciso I, alínea "b"; Decreto nº 93.872/1986: art. 2º, §3º; art. 3º, parágrafo único; art. 4º; art. 103, e pactuado por meio instrumento jurídico firmado junto à Secretaria do Tesouro Nacional na forma do Art. 8º da Lei nº 13.303/2016, executamos serviços relacionados à transferência e distribuição de recursos da União.

Os saldos referentes a pagamentos e suprimentos associados à execução do Orçamento Geral da União e de leis complementares, repasses de recursos federais e Ordens Bancárias do Tesouro são evidenciados em nossas Demonstrações Contábeis – Exercício 2022, mais especificamente no grupamento "Vinculados", da nota explicativa nº 17 – Recursos de Clientes.

Informações sobre Atividades Diversas Relacionadas à Administração e Execução Financeira da União podem ser encontradas nas Demonstrações Contábeis – Exercício 2022 (disponíveis em bb.com.br/ri > Informações Financeiras > Central de Resultados).

9.3.3. Investimento Social Privado

Nossa atuação em Investimento Social Privado (ISP) é guiada a partir de estratégia previamente definida e do plano estratégico da Fundação Banco do Brasil (FBB), cujo alcance das finalidades esteja em consonância com as expectativas dos públicos de relacionamento do BB e das comunidades envolvidas, e alinhadas com os objetivos comerciais da Empresa, conforme definido nas Diretrizes do ISP do BB. Atualmente, a FBB é a principal realizadora do nosso ISP.

Em 1985, instituímos a Fundação BB e, como seu instituidor, realizamos repasses em conformidade com as disponibilidades financeiras, limitados em 5% do nosso resultado operacional, conforme previsto no Estatuto Social do Banco do Brasil, art. 29, inc. XIII, observando o limite de dedutibilidade fiscal de 2% do lucro operacional, previsto na Lei nº 9.249/1995.

O artigo 4º do Estatuto Social da FBB estabelece que seu suporte financeiro é constituído de recursos resultantes de doações e contribuições em dinheiro, de bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas, de verbas

No ano de 2022, tramitou do Tesouro para os estados e municípios, por meio do BB, o montante total de R\$ 1,3 trilhão.

Embora não haja cobrança de tarifas para a prestação dos referidos serviços, auferimos ganhos indiretos por meio da rentabilização dos recursos mantidos no Banco até o seu repasse para os entes favorecidos, em razão do "float" de um dia negociado com os órgãos repassadores. Importante destacar que os ganhos obtidos pelo Banco em razão desse "float" bancário não decorrem de remuneração direta do ente público, mas sim da sua rentabilização na atividade bancária, o que atende aos preceitos esposados na Lei das Estatais.

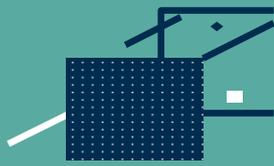
provenientes da celebração de convênios, de rendimentos advindos da aplicação de seu patrimônio e de repasses do Banco.

Os valores de repasse que efetuamos para a Fundação e os investimentos realizados constam do Relatório Anual BB, no capítulo que trata do Investimento Social Privado e nas Demonstrações Contábeis, nota explicativa 28.B – Partes Relacionadas.

Em 2022, repassamos R\$ 116,4 milhões que foram destinados a ações urbanas e rurais em linha com os seis programas estruturados da Fundação BB: (i) tecnologia social; (ii) meio ambiente e renda; (iii) educação para o futuro; (iv), saúde e bem-estar; (v) voluntariado; e (vi) ajuda humanitária

O objetivo é contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas em estado de maior vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento sustentável e da reaplicação das tecnologias sociais em todo o território brasileiro.

Informações adicionais sobre Investimento Social Privado podem ser encontradas no Relatório Anual (disponível em bb.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Sustentabilidade > Relatório Anual).



9.3.4. Investimentos em Esporte e Cultura

Buscamos por meio da realização de patrocínios materializar os traços de personalidade da nossa marca e fortalecer a proximidade e relevância na vida das pessoas, em todos os momentos. Para ser o banco de todos, é preciso ser o banco de cada um. Esse é o diferencial em que acreditamos para imprimir personalidade e diferenciação da Instituição perante os concorrentes. E é isso que nos orienta a tomar frente de iniciativas culturais e esportivas que buscam despertar na sociedade sentimentos vibrantes e positivos, seja na celebração de uma vitória brasileira, seja na contemplação de uma belíssima exposição.

Estamos presente no esporte por meio de patrocínios de modalidades, eventos ou atletas. Seja no Vôlei, Surfe, Skate, Canoagem, Corrida de Rua ou no eSports: hoje, em todas essas modalidades, há grande chance de a marca Banco do Brasil estar estampada, e com destaque.

O alinhamento à estratégia da marca se dá à medida que são avaliados critérios objetivos e relevantes para a escolha, como nível do atleta, modalidade, esporte como estilo de vida, capacidade de fomento e capacidade de engajar a comunidade. Para nós não basta ser apenas patrocinador, é preciso estar junto de atletas, times e campeonatos, de forma genuína e autêntica. Criar experiências e conteúdo para que novos ídolos surjam e as modalidades tenham reconhecimento do público, com potencial de representatividade do País em competições.

As três últimas décadas marcaram o sucesso da estratégia do marketing esportivo do BB. Em pesquisa com o Ibope/Repucom, de junho/22, o Banco do Brasil figura na terceira posição de marca mais lembrada como “incentivadora do esporte no Brasil.”

Ainda na mesma pesquisa, Games e eSports ocupam a 5ª posição entre as 10 modalidades esportivas com mais fãs entre brasileiros de 16 a 40 anos. O Banco apoia o segmento de games e eSports desde 2018, com uma série de ações executadas para atrair o público gamer, a exemplo do Stream Battle BB, da carreta gamer Gamebox e da participação em feiras e eventos como BGS. O desafio é conectar-se com a comunidade e consolidar a presença da Marca com mais autoridade para se posicionar no cenário gamer.

No que diz respeito à Cultura, território com atuação consagrada do BB há mais de 30 anos, acreditamos que quando a cultura gera conexão ela inspira, sensibiliza, gera repertório, promove o pensamento crítico e tem o poder de impactar vidas.

Em nossa atuação, queremos tirar a cultura de um pedestal e aproximá-la do público, tornando-a simples, relevante e acessível a todos. Por isso, ampliamos a conexão com a cultura para que ela esteja presente na vida das pessoas e seja sempre um motivo de interesse. A partir dessa ideia, promovemos o acesso às produções culturais nacionais e internacionais, através de uma aproximação simples e inclusiva que provoque identificação e representatividade.

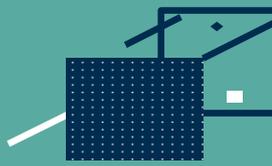
Ao fazer da cultura algo essencial e parte do cotidiano das pessoas, conseguimos transformar o Brasil e os brasileiros. Prova disso são os mais de 3 milhões de visitantes em 2022 nos quatro Centros Culturais Banco do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Destaque de público por onde passou unindo música e diversão, em segurança, o Rock Brasil 40 Anos promovido pelo BB foi um marco na retomada dos grandes eventos presenciais nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Informações adicionais sobre Investimento em Esporte e Cultura podem ser encontradas no Relatório Anual (disponível em bb.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Sustentabilidade > Relatório Anual).

9.3.5. Moradia Popular

Moradia própria é um dos anseios da maioria da população. Nesse contexto, o Banco do Brasil atua como agente financeiro de políticas do Governo Federal que buscam viabilizar a aquisição de casa própria por famílias de baixa renda, especialmente por meio do atual Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do extinto Programa Casa Verde e Amarela

(PCVA). A disponibilização de recursos, sob a forma de crédito, por parte do Governo Federal beneficia a sociedade e a economia com um todo, na medida que reduz o déficit habitacional e, ao mesmo tempo, promove o crescimento da cadeia da construção civil, contribuindo para a geração de emprego e renda.



No ano de 2022 foram concluídas 14 obras, que totalizaram 2.269 novas unidades imobiliárias, três das quais empreendimentos na linha MCMV, com a entrega de 609 unidades habitacionais. Se considerado o acumulado no último triênio (2019/2022), foram entregues 24.363 novas unidades imobiliárias, sendo 73 empreendimentos na linha do MCMV, totalizando 10.363 novas unidades habitacionais.

Ademais, o BB também atua na conclusão de obras vinculadas à Faixa 1 do MCMV, que são os empreendimentos contratados até 2018. Embora não sejam operações de crédito, a atuação do BB reforça sua participação como banco de fomento, contribuindo para a redução do déficit habitacional para famílias com renda mensal inferior a R\$ 1.800,00.

Informações adicionais sobre a atuação do BB como agente público para a viabilização de moradia e redução do déficit habitacional podem ser encontradas no Relatório Anual (disponível em bb.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Sustentabilidade > Relatório Anual).

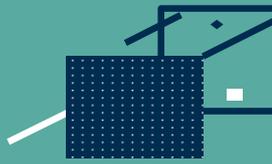
9.3.6. Produtos e Serviços com Atributos Sociais e Ambientais

Com vistas a cumprimento do seu objeto social, além de comprometer-se com a execução dos objetivos de políticas públicas, os produtos e serviços voltados a essa finalidade são desenvolvidos para entregar benefícios sociais ou ambientais aos seus clientes, evidenciando a responsabilidade com a geração de negócios sustentáveis.

A tabela a seguir exemplifica produtos BB que possuem esses atributos e que contribuem para o crescimento e desenvolvimento do País.

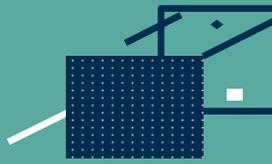
Tabela 17. Produtos associados políticas públicas e com atributos sociais e/ou ambientais

Tipo de Atributo	Produto de Crédito	Modalidade	Objetivo
Ambiental	Programa ABC	ABC Recuperação	Recuperação de pastagens degradadas
		ABC Orgânico	Implantação e melhoramento de sistemas orgânicos de produção agropecuária
		ABC Plantio Direto	Implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto "na palha"
		ABC Integração	Implantação e melhoramento de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais
Ambiental	Custeio Plantio Direto	Pronamp Custeio-Plantio Direto	Financiamentos com uso do Sistema de Plantio Direto na Palha (SPDP)
		Pronaf Custeio-Plantio Direto	
Social	Pronaf Mais Alimentos	-	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares para investimento em sua estrutura de produção e de serviços
Ambiental Social	Pronaf Investimento	Pronaf Florestal	Visa apoiar investimentos em projetos que preencham os requisitos para sistemas agroflorestais, entre outros
		Pronaf Agroecologia	Destinada aos agricultores elegíveis ao Pronaf para investimentos relacionados a projetos específicos de sistemas de produção agroecológica ou orgânica.
		Pronaf Bioeconomia	Dedicada aos agricultores elegíveis ao Pronaf que desejem implantar, utilizar, recuperar ou adotar tecnologias de energia renovável, entre outras.
Social	Pronaf Investimento	Pronaf Mulher	Destinado a mulheres agricultoras.
Ambiental Social	Pronamp Investimento	-	Promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores e proporcionar o aumento da renda e a geração de emprego no campo.
Ambiental	FCO Verde	-	Regularização ambiental e fundiária de imóveis rurais na região Centro-Oeste que tenham como objetivo a implantação de sistemas produtivos e tecnologias voltadas à mitigação de gases de efeito estufa.



Social	FCO Programa de Desenvolvimento Turismo Regional	-	Modernização, abertura de crédito fixo, acesso a bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos.
Ambiental Social	Programa de geração de renda (Proger)	-	Projetos de investimento que proporcionem a geração ou a manutenção do emprego e renda na área urbana, a fim de viabilizar o desenvolvimento sustentável das microempresas e das empresas de pequeno porte, alinhados ao Proger Urbano.
Social	Pronampe	-	Linha de capital de giro vinculada ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
Social	BB Crédito Acessibilidade	-	Financiar bens e serviços de tecnologia assistiva.
Social	BB Microcrédito Empreendedor	-	Destinada a clientes PF e PJ alinhada ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Informações adicionais sobre produtos e serviços com atributos sociais, ambientais ou de governança podem ser encontradas no Relatório Anual (disponível em bb.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Sustentabilidade > Relatório Anual).



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2022, em conformidade com o inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

Em 12 de maio de 2023.

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Vice-presidenta

Aramis Sá de Andrade

Elisa Vieira Leonel

Kelly Tatiane Martins Quirino

Marcelo Gasparino da Silva

Robert Juenemann

Tarciana Paula Gomes Medeiros

